

Piauí terá 30 Salas da Cidadania até junho

por Geneide Santos

O Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, em parceria com o Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal (Pnag) e as prefeituras, irá instalar 30 Salas da Cidadania no interior, até o final do mês de junho. Já estão em funcionamento quatro salas e várias em fase de conclusão. Até o final do semestre estarão funcionando ainda Espaços da Cidadania em quatro municípios.

Segundo a Coordenação Estadual do Pnag no Piauí, a instalação das Salas da Cidadania continua e está na segunda fase, que é montagem e reforma que são de responsabilidade das prefeituras. O Governo do Estado entra com a montagem dos equipamentos. Neste primeiro semestre a previsão é entregar 30 Salas.

Já estão funcionando as Salas nos municípios de Guaribas, Boqueirão, Paes Landim e Porto Alegre e as de São Miguel do Tapuio e Assunção há dificuldade por causa do serviço de internet nesses municípios. Estão prontas para serem inauguradas as de União, Jatobá e Conceição do Canindé e outras ele está aguardando, por parte dos prefeitos, informações da conclusão das obras.

A meta do governo é implantar 104 salas até o final do ano que oferecem serviços como emissão de certidão de nascimento para menores de 12 anos, CPF, carteiras de identidade e de trabalho e os serviços oferecidos pelo

Serviço Nacional de Emprego (Sine), em parceria o Ministério do Trabalho e Emprego. As Salas têm o objetivo de descentralizar o atendimento ao cidadão e estão sendo instaladas nos municípios em que não há cartórios e serão gerenciadas pela Secretaria da Administração do Estado.

Além das Salas, o governo está construindo Espaços da Cidadania em Bom Jesus, Parnaíba, Picos e Campo Maior. Raimundo Pereira relata que em Campo Maior as obras já começaram e os operários trabalham nos três turnos para concluir ainda neste semestre. Os recursos para as Salas e Espaços são do Pnag e Tesouro Estadual na ordem de R\$ 4,5 milhões para reforma, equipamentos, treinamento de pessoal, sistemas e móveis.

No segundo semestre deste ano, o governo vai receber recursos do Programa de Modernização das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Estaduais (PMAE - Gestão) que tem como objetivo modernizar a gestão pública estadual. Os recursos serão repassados através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no valor de R\$ 13 milhões e o governo entra com R\$ 1,45 milhão do Tesouro Estadual. Os valores são para investimentos em tecnologia da informação e equipamentos de informática, capacitação de pessoal, serviços técnicos especializados, equipamentos de apoio à fiscalização e infraestrutura física.

Emgerpi e sindicatos se reúnem e sinalizam acordos

por Redação CCOM

O presidente da Empresa de Gestão de Recursos do Piauí (Emgerpi) esteve reunido nessa quinta-feira, 27, com representantes do Sindicato dos Urbanitários do Piauí (Sintepi) e Sindicato dos Engenheiros (Senge) para debater ajustes no acordo feito entre os empregados oriundos dos órgãos extintos que hoje pertencem à Emgerpi.

Esta foi a segunda rodada de negociação, com o objetivo de encontrar consenso e dissolver qualquer ameaça de paralisação. "Não queremos retrocesso no acordo que vem sendo cumprido, nem sacrificar a empresa, então estamos abertos ao acordo", disse Francisco das Chagas Barros, presidente do Sintepi.

O presidente da Emgerpi afirmou que o diálogo é o caminho a seguir, sinalizando ajustamentos em algumas cláusulas e análise de outras. "A Emgerpi incorporou bens materiais que no caso de surgir qualquer problema podem ser facilmente negociados,

leiloados, adaptados. Mas com pessoas o tratamento é diferenciado, por isso é tão importante dialogar. Alguns pontos foram ajustados e outros serão analisados", destacou o Presidente da Emgerpi.

Dois pontos importantes indicaram acordo, mas ainda deverão ser analisados: manutenção dos valores atuais das diárias a todos os empregados e ajuste no valor do ticket alimentação, que hoje totaliza R\$ 340,00 e os sindicatos pedem um reajuste de 17%.

"Não existe indicativo para paralisação já que está sendo mantido um diálogo tranquilo", afirmou Paulo Alexandrino, presidente do Senge.

Para Chagas Barros, houve progresso nesse segundo momento de negociação. "O avanço se dá porque percebemos a disposição da direção e representantes da Emgerpi para negociar. Vamos aguardar agora as análises de alguns pontos pela Procuradoria Geral do Estado", concluiu.

Por Larissa Machado/Emgerpi